

Proposta de estudo da história indígena analisando a trajetória de uma liderança: o caso de Sepé Tiaraju

A proposal of study of indigenous history analysing the trajectory of a leadership: the case of Sepé Tiaraju

Rafael Burd¹

RESUMO: O artigo trata de uma sugestão para o Ensino da História Indígena nos níveis Fundamental e Médio visando uma participação maior das populações nativas na nossa educação. É o momento de nos focarmos na ação e de avaliarmos os indígenas como os protagonistas da própria História. Dessa maneira, sugiro partir de indivíduos que foram determinantes no processo da relação entre nativos e ocidentais, sobretudo em momentos de enfrentamento e crise. Para tanto, escolho a figura de Sepé Tiaraju como exemplo, uma liderança guarani da revolta contra as determinações do Tratado de Madri.

PALAVRAS-CHAVE: Lideranças indígenas. Educação. Sepé Tiaraju.

ABSTRACT: The article presents about a suggestion to the teaching of Indigenous History in the primary and secondary levels aiming to a higher participation of the native populations in our education. It's time to focus in the action and evaluate the indigenous peoples as the protagonists of the History itself. Thereby I suggest take individuals who was determinants in the process of relation between natives and europeans as starting points to study, especially in cases of confrontation and crisis. To do so I choose the figure of Sepé Tiaraju, a Guarani leadership in the revolt against the Spanish determinations of the Treat of Madrid.

KEYWORDS: Indigenous leaderships. Education. Sepé Tiaraju.

Sobre a “Nova História Indígena” na Escola

O Ensino de História Indígena nos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica foi finalmente transformado em lei. Todos se beneficiam com esta legislação e para a felicidade dos professores e historiadores, os livros didáticos têm trazidos esse tema nas suas edições mais recentes. Mas como trabalhar junto aos alunos sem cair em velhos clichês e repetir chavões?

Por muitos anos os indígenas foram vistos como meras vítimas da colonização. Senão vejamos: geralmente estudamos, na Educação Básica, os indígenas antes dos europeus

¹ Mestre em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). rafaelburd@gmail.com.

chegarem. E na maior parte das vezes, imaginamos uma situação idílica, que foi destruída pela chegada do colonizador.

O historiador Giovani José da Silva critica a forma estereotipada que o indígena é apresentado nas escolas. Geralmente, no Brasil, o que mais é abordado é o período pré-cabralino. Por isso, é importante caracterizá-los com clareza, sem preconceitos. O autor ainda destaca que essas populações não podem ser apresentadas como fósseis humanos, a exemplo do que dizia Darci Ribeiro (SILVA, 2015, p. 21-23).

Não podemos negar o caráter deletério da conquista e o genocídio de diversas etnias, mas precisamos prestar atenção até que ponto não estamos repetindo o discurso de “visão do paraíso” que os primeiros europeus que chegaram no Novo Mundo tinham da região, como é o caso da carta de Pero Vaz de Caminha e dos diários de Cristóvão Colombo.

É importante pensar os indígenas e as comunidades indígenas como entes históricos, capazes de mudar e de serem modificados. A partir disso, podemos nos perguntar se estamos acertando no modo de como trabalhamos essas comunidades. Como congeladas no passado, no tempo, ou como grupos capazes de se adaptar?

Uma das respostas que a academia vem dando para essa questão é a etnohistória. Essa tendência historiográfica, que pode ser vista tanto como perspectiva teórica, como metodológica, tem como uma das premissas justamente a adaptação e as mudanças que as sociedades indígenas sofreram e promoveram perante as situações impostas pela conquista, de acordo com o pesquisado francês Guillaume Boccara (BOCCARA, 2003, p. 65).

Por isso que, segundo o historiador conterrâneo de Boccara, Serge Gruzinski, não temos mais a antiga dicotomia criada por Levi-Strauss de sociedades frias, que se opuseram as mudanças e sociedades quentes, que as teriam aceito. Isto se tornou em mais um clichê sobre o tema, pois a ênfase dos estudos se daria nas sociedades que teriam resistido, pois assim seriam mais próximas ao natural (GRUZINSKI, 2000, p. 30).

Assim, é possível incluir mais um ponto importante nesse debate, que é o do protagonismo indígena. Os povos nativos do continente americano devem ser vistos como agentes da própria História e não somente como populações que facilmente sucumbiram ao

domínio europeu. De outro modo, significa dizer que é necessário entender os indígenas como indivíduos capazes de agir na História e souberam lutar e resistir, ou se adaptar da melhor forma possível a processos que alteravam profundamente seu modo de ser. Negar esse protagonismo pode ser apagar a História dessas populações.

Esse protagonismo e a ação dos sujeitos podem ser resumidos com o conceito de “agency”. John Monteiro a descreve como uma ação consciente e criação contestação cultural (MONTEIRO, 2001, p. 57). O antropólogo argentino Guillermo Wilde, ao estudar as missões guarani-jesuíticas, na Província Jesuítica do Paraguai nos séculos XVII e XVIII chama a atenção de uma “agency” que além de devolver o protagonismo histórico para os indígenas, compreenda a “singularidade dos regimes de historicidade nativos”, ou fazer a “história no sentido indígena”. Para isso, é importante que os indígenas possam realizar suas escolhas através de “lógicas e noções inspiradas em tradições e memórias sedimentadas” (WILDE, 2009, p. 36-37).

Essa proposta é inserida no que chamamos “Nova História Indígena”, tendência historiográfica cujos pesquisadores pretendem levar em conta o “ponto de vista dos indígenas”, para contar a sua participação na história colonial (BOCCARA, 2003, p. 66). É possível levar essa ideia do “ponto de vista dos indígenas” para as salas de aulas da Educação Básica? Acredito que não somente é possível como necessária. Está na hora de fugirmos de um eurocentrismo preconceituoso, que não somente aponta os indígenas como incapazes de resistir, como incapazes de se adaptar, mas também como membros de sociedades sem história.

Em obra recente sobre o ensino de História Indígena, a historiadora Luisa Tombini Wittmann aborda os indígenas como sujeitos históricos, protagonistas da sua História. Por isso, devemos estar atentos às suas próprias interpretações da História (WITTMANN, 2015, p. 17).

Acredito na necessidade de revisarmos nossas práticas quanto ao ensino da História Indígena no Brasil e nas Américas. É preciso devolver essa História àqueles sujeitos que foram os responsáveis por ela. Os indígenas não podem ser somente um apêndice da História do

Ocidente. Temos que mudar o foco da câmara e buscar analisar o ponto de vista dessas populações antes, durante e depois do processo de contato com os europeus.

Biografia ou trajetória: o estudo a partir de indivíduos

É muito antiga entre os historiadores a discussão sobre o que deve ser levado mais em conta a estrutura ou o sujeito. Antes de mais nada, é importante entender o sujeito como parte indissociável do meio que vive. Conforme Petersen, “sua individualidade decorre a partir de um conjunto de relações” que “implicam reciprocidade” (PETERSEN, 2013, p. 253).

Vejo que a metodologia dos micro-historiadores italianos nos dá uma boa ajuda para responder essa questão. Esta prática, em resumo, considera o valor do indivíduo no processo histórico verificando, segundo Giovanni Levi, a sua “relativa liberdade”. Contudo, não fora dos limites dos sistemas, pois a ação social do indivíduo se insere numa realidade normativa. O objetivo será definir quais são as margens da liberdade deste, ou ainda descrever as vastas estruturas, sem esquecer-se do espaço social que ocupa, sempre o entendendo como um ser atuante em sociedade. Essa análise sobre o indivíduo reflete a ideia da “redução de escala de observação” como um procedimento para um estudo intensivo do material a fim de revelar fatores não observados antes (LEVI, 1992, p.135-139).

E se formos levar essa discussão para o campo do ensino de História? É possível estudar a matéria a partir da vida de alguns indivíduos? Acredito que sim. Longe da proposta metódica ou positivista, que buscava descrever a biografia dos “grandes homens”, a proposta aqui é entender como sujeitos tidos como subalternos ao sistema vigente conseguiram subverter e ter destaque. Em um artigo sobre a biografia como tema do ensino de História, Kalina Vanderlei Silva afirma que podemos estudar grandes figuras, mas também “personagens que lideraram grupos ‘não-vencedores’” (SILVA, 2010, p. 16).

A mesma autora aponta para o apelo popular do gênero biografia e que a biografia pode desenvolver uma boa representação do contexto histórico do biografado. Para Silva, a biografia “personaliza a história que enfoca estruturas e processos amplos”. Além disso, ajudar

os alunos a associar contextos históricos com personagens, que possam ser recordados, é dar ferramentas para que eles conheçam e se interessem por esses momentos (idem, p.17).

Sobre o estudo histórico da vida de um indivíduo, é bastante importante o conceito de trajetória, no lugar da biografia, pois estamos falando das ações de um indivíduo enquanto vivo. O francês Pierre Bourdieu define trajetória como uma “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189) e afirma que:

não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (idem, p. 190)

Numa perspectiva semelhante, Mário Grynszpan afirma que “o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações”. Além disso, ao perceber a sua trajetória, podemos notar de quais recursos o personagem se utiliza e como pode formar uma rede de relações sociais (GRYSZPAN, 1990, p.74-76). O autor ainda afirma que o estudo das trajetórias individuais pode nos levar a verificar aspectos sociais mais amplos, que não são normalmente captados, ou pelo menos, que sejam relativizados.

Na proposta da etno-história, Poloni-Simard determina o estudo dos indivíduos como ponto de partida para compreender a complexidade do mundo indígena e sair de uma visão etnocêntrica. Uma sociedade de Antigo Regime colonial não pode ser um empecilho para o estudo das ações, decisões e iniciativas particulares, principalmente devido às relações que os membros dessa sociedade têm entre si (POLONI, 2000, p. 96).

Assim, uma maneira bastante eficaz de levar em conta o ponto de vista indígena, devolvendo-lhes o protagonismo é estudar a vida e trajetória desses indivíduos. Dessa maneira estamos buscando personagens de grupos não-vencedores, como sugere Kalina Vanderlei

Silva, que podem nos ajudar a focar a História Indígena e entender melhor e ensinar melhor o contexto em que essas populações nativas viveram nos diferentes períodos históricos.

Contudo, deve-se destacar que é vital considerar essas trajetórias como ponto de partida e não como ponto de chegada. O estudo de uma vida deve nos ajudar a compreender a sociedade em que aquele sujeito viveu pelo modo de como interagiu com seus contemporâneos. Não podemos ficar presos apenas ao indivíduo, sob o perigo de nos atermos a meras curiosidades.

Um estudo de caso para a sala de aula: Sepé Tiaraju e a “Guerra Guaranítica”

A atual região que compreende norte da Argentina, parte do extremo sul do Brasil, parte do Uruguai e Paraguai tem em seu componente um forte passado indígena guarani. Ali se assentaram entre os séculos XVII e XVIII, trinta reduções. Sete delas ficam no atual território do estado do Rio Grande do Sul: São Borja, São Nicolau, São Luiz, São Lourenço, São Miguel, Santo Ângelo e São João. No entanto, estas sete fazia parte de um contexto de trinta povos guaranis na Província Jesuítica do Paraguai.

Em 1750, era assinado entre as Coroas da Espanha e de Portugal o Tratado de Madri. Este determinava, entre outras coisas, a troca da Colônia de Sacramento pelas missões ao leste do rio Uruguai, o que levaria os guaranis que ali viviam a transmigrar para a outra margem do mesmo rio. Claro que essas populações se negaram a deixar suas terras e as terras de seus antepassados. Na medida em que estes indígenas apresentaram resistência, foram mandadas tropas dos países ibéricos para realizar esta função.

É nesse contexto que se percebe a atuação de Sepé Tiaraju: como membro de uma elite missionária, elaborada pelos padres jesuítas, que se revoltou contra as determinações de deixar suas terras. Analisando a trajetória de Sepé, percebe-se a construção de sua liderança e autoridade perante os demais.

Sobre as lideranças indígenas é interessante destacar que a relevância desse estudo tem crescido nas últimas décadas, com o surgimento de uma “Nova História Indígena”. Poloni-Simard trabalha com povos andinos e encontra a mesma característica na região. Ao

reconhecer tais privilégios, a Coroa espanhola criava uma nobreza nativa que servia como mediadora entre os conquistadores e os indígenas (POLONI, 2000, p. 94). Gruzinski, aponta para a mesma situação no México recém-conquistado, ao afirmar que os filhos da nobreza indígena frequentavam a escola (GRUZINSKI, 2000, p. 99).

Logo, uma pergunta possível de ser feita sobre as missões é como dois padres poderiam impor algo perante cerca de dois mil, ou mais índios. Uma possível resposta está justamente na relação entre os jesuítas e as lideranças indígenas. O padre Antonio Sepp, um dos pioneiros nas missões, diria que ao se catequizar um grupo de indígenas, era necessário começar pela cabeça e partir daí os demais o seguiriam (WILDE, 2003, p. 42).

Ainda que a historiografia tradicional tenha o costume de chamar o período da resposta indígena ao Tratado de Madri e o conseqüente ataque dos exércitos português e espanhol ao território missionário oriental como “Guerra Guaranítica” ou “Guerra das Missões”, não acredito que a expressão guerra pode ser aplicada para tal conflito. Na maior parte do tempo ocorreram pequenos confrontos, escaramuças e provocações, com um grande confronto em Caiboaté. Logo, é possível tratar o conflito como uma revolta colonial, que não visava a queda da monarquia, que não era contrária ao rei, mas sim contra uma determinação real.

Outro ponto importante a se destacar é que antes do Tratado de Madri, a região pertencia à Coroa Espanhola e não aos portugueses. Essa parte do território que viria a ser parte do atual Estado brasileiro não era lusitano. Além disso, o Tratado de El Pardo, assinado em 1761 anulava o de Madri. Isso nos ajuda a questionar aos alunos a ideia de nação e nacionalismo e a pensar o Estado-Nação a partir do que Benedict Anderson descreve com uma comunidade imaginada, que pressupõe uma horizontalidade ou igualdade entre todos os cidadãos; limitada, que possui fronteiras físicas bem definidas e soberana. E que além disso, foi algo construído em um modelo europeu e burguês do século XIX (ANDERSON, 2008, p. 32-34), do qual indígenas foram ou excluídos, ou incluídos à sua revelia em projetos nacionais que descaracterizavam suas identidades.

A revolta teve seu início quando os reis da Espanha e de Portugal enviaram comissões para demarcar as novas fronteiras delimitadas pelo Tratado de Madri, e estas foram impedidas de passar em Santa Tecla, estância do povoado de São Miguel em fevereiro de 1753. Nesse momento começa a se destacar a figura chave de Sepé Tiaraju. Os relatos dos autores de diários que estavam presentes nos eventos, como o do capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha, afirmam que os portugueses foram impedidos de continuar, contudo, os espanhóis poderiam, pois pertenciam a reis diferentes (CUNHA, 1853, p.152), prova de que os guaranis sabiam diferenciá-los e de que a hostilidade aos primeiros era evidente.

Segundo Guillermo Wilde, que avaliou o relato de um membro da expedição, Felix Feliciano de Fonseca (WILDE, 2009, p 93), os indígenas exigiam que os europeus se retirassem do território missioneiro. Teriam exibido um grande exército e entre os líderes guaranis estava o “capitão Sepé Tiaraju”, que era alferes real em São Miguel, o alcaide maior Miguel Taisucay e o secretário Felipe Sucay. Sobre o episódio, o historiador Aurélio Porto¹ descreve que em 28 de fevereiro Sepé Tiaraju não teria ido ao encontro das comissões. Mas no dia seguinte o alferes real compareceu frente a estes e junto a outros homens armados não deixou ninguém passar por “aquelas terras que pertenciam aos índios, encontrando os demarcadores forte hostilidade se tentassem ir adiante” (PORTO, 1943, p. 435).

A contrariedade dos indígenas em relação aos lusitanos pode ser precebida ainda em um outro episódio, durante o ataque a um forte português em Rio Pardo por parte dos guaranis, fato que merece atenção. Principalmente porque as versões dos jesuítas e dos portugueses sobre o fato diferem entre si. Em 28 de abril de 1754, 53 índios atacaram o forte. No ataque, o chefe da tropa guarani era o miguelista Alejandro Mbaruari, que foi morto no combate. Conforme o relato do padre jesuíta Tadeo Xavier Henis, Sepé tomou a frente das tropas guaranis pois sabia falar espanhol e era conhecido dos portugueses desde o contato com as comissões em Santa Tecla. Segundo o religioso, os guaranis foram enganados e presos dentro do forte. Sepé se propôs ir buscar alguns cavalos dos portugueses que os guaranis teriam roubado, junto de doze homens armados. Quando o grupo saiu, teria dito aos lusitanos “vocês que desejam ter os cavalos, me deem licença para falar com os meus, senão, ainda que

não queiram, irei se me der vontade e ajudarei meus companheiros”. O indígena conseguiu escapar, mesmo a pé, por um bosque e um rio. Mas ao voltar para perto dos outros guaranis, não conseguiu convencê-los de devolver os cavalos. O tempo inteiro Tadeo Henis se refere a Tiaraju como “Capitão Sepé” (HENIS, 1836, p. 494-498).

Segundo o português Jacinto Rodrigues, o forte de Rio Pardo foi atacado em 29 de abril de 1754 por três esquadrões de índios a pé e a cavalo. No confronto, seis guaranis teriam morrido e os outros fugiram. O comandante da fortificação, Thomaz Luiz Osorio teria ido atrás deles com trinta e cinco homens. Os portugueses fizeram os índios prisioneiros e exigiram que lhes entregassem os setenta cavalos que teriam sido roubados. Havia cinquenta e três índios e um “capitão”, que se prontificou a ir buscar os cavalos enquanto os demais ficariam no forte. Saiu escoltado por Francisco Pinto Bandeira e outros quatro homens e conseguiu escapar “metendo-se em um capão a pé”. Após, os guaranis teriam dito aos portugueses, que esta era uma estratégia do “seu capitão”: entrar no forte para poder tomá-lo. O nome de Sepé ainda não é citado pelos portugueses nesse momento (CUNHA, 1853, p. 165-166).

Ao que tudo indica, antes do ataque ao forte e da morte de Alejandro, Sepé ainda não era a liderança que veio a se constituir. É interessante perceber quem escolheu Sepé como comandante: os próprios índios, baseados em lógicas de lideranças como o prestígio e o valor em combate. Wilde indica que mesmo diante de formas de poder institucionalizadas pelos espanhóis, os guaranis-missioneiros continuaram mantendo formas tradicionais do exercício da autoridade. Era a sobrevivência de formas tradicionais das definições de lideranças, onde se abria o espaço para a ação indígena dentro das reduções (WILDE, 2006, p.137-145).

Aqui cabe destacar Sepé Tiaraju nunca foi cacique ou *morubixaba*, cargo hereditário, mas cuja sucessão nem sempre era do pai para o filho entre os guaranis. Ocupou no máximo o de alferes e o de corregedor no cabildo² de São Miguel. No entanto, é apontado como um dos principais chefes guaranis durante o conflito com as tropas ibéricas. Ora, é possível que Sepé tenha conseguido ascender a liderança militar muito mais por questões ligadas ao prestígio,

como o valor em combate, ou a boa oratória, do que meramente pela via familiar (BURD, 2012, p. 102-104).

Em resposta a estes episódios, as autoridades portuguesas e espanholas decidiram mandar tropas rumo às missões orientais para realizar a transmigração dos guaranis e garantir a posse da terra para os primeiros e de preferência retirar os indígenas e expulsá-los para outra margem do rio Uruguai. Em 1754, os ibéricos organizaram duas expedições militares distintas: os portugueses, sob o comando de Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, saíram do forte de Rio Pardo e seguiram o rio Jacuí, os espanhóis, sob o comando de Jose de Andonaegui, governador de Buenos Aires, pretendiam entrar no território missioneiro costeando o rio Uruguai, até o arroio Ibicuí. Em agosto de 1754 partiram em direção as missões orientais (CUNHA, 1853, p. 171).

No entanto, os portugueses fracassaram. Durante grande parte do percurso, Gomes Freire enfrentou a hostilidade guarani. Pequenos confrontos foram realizados e algumas dificuldades lhes foram impostas, assim, os lusitanos tiveram sua passagem impedida em algumas oportunidades.

Gomes Freire acampou com suas tropas no passo do rio Jacuí. Porém os meses de outubro e novembro foram extremamente chuvosos naquele ano de 1754. Os diários mostram que o rio subia cada vez mais, obrigando os portugueses a andar em canoas e se abrigar nas copas das árvores devido à inundação³. Ao saber que as tropas espanholas tinham retornado, também teve que retroceder. Sem ter para onde avançar, sem mantimentos e com as munições molhadas, Gomes Freire se viu obrigado a assinar um tratado emergencial com os indígenas para um armistício.

O capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha conta que em catorze de novembro de 1754 “fizeram-se quatro tratados de um teor, dois em português e dois em língua tape, e estes levaram um dos seus e outro português” (CUNHA, 1853, p. 197). O padre Tadeo Henis afirma que no dia dezoito os portugueses já estavam se retirando e no dia seguinte não havia mais ninguém no passo do Jacuí (HENIS, 1836, p. 525).

O tratado previa que o Exército Português iria se retirar do local onde estava acampado, próximo ao rio Jacuí, até Rio Pardo, onde se localizava um de seus fortes, sem ser atacado pelos guaranis. Ainda definia como limite entre os lusitanos e os missioneiros “la Division interna del Rio de Viamann por el Guayba arriba hasta adonde le entra el Jacuhy, que es este em que nos allamos campados, siguiendole hasta su nacimiento por el braço que corre de Sudoeste”. Deste limite não poderiam passar nem gado, nem índios para o lado sul e nem portugueses para o lado norte, com exceção dos que fossem portadores de cartas. A convenção foi assinada por Gomes Freire de Andrada e por outros membros da comissão demarcadora do lado português. Da parte dos guaranis, foi firmada por membros das reduções de São Luís, Santo Ângelo e São Lourenço no dia catorze de novembro. Lideranças das reduções de São Miguel e São João assinaram outro acordo nos termos idênticos no dia dezesseis do mesmo mês⁴.

Porém no final de 1755, as tropas voltaram a se unir para atacar as missões, desta vez coligadas. Havia ordens expressas dos reis da Espanha e de Portugal para que o Tratado de Madri fosse cumprido. Dessa maneira, os exércitos se reuniram na nascente do rio Negro e entraram no território das reduções orientais pela estância de Santa Tecla, em direção a São Miguel. Contudo, agora, as tropas iriam avançar coligadas e não separadas, como da primeira tentativa (GOLIN, 2004, p. 560). Evidentemente que, mais uma vez, portugueses e espanhóis se defrontaram com a oposição guarani. Os ibéricos partiram na direção do território missioneiro em janeiro de 1756, no verão, longe da temporada típica de chuvas e inundações. No início do mesmo ano, Sepé Tiaraju foi eleito o corregedor de São Miguel, segundo o depoimento dado por um guarani aos portugueses em julho desse ano (DOCUMENTOS, 1938, p. 414).

No dia sete de fevereiro de 1756, Sepé Tiaraju foi morto pelas tropas coligadas. A forma de como morreu é bastante conhecida e relatada por todos os cronistas da expedição. Os exércitos ibéricos estavam acampados próximas ao rio Vacacaí. Após um rápido embate um pequeno grupo de cerca de 60 índios mata dois peões portugueses, sob a liderança de Sepé e foge. O governador de Montevideú, José Joaquim de Viana parte com cerca de 450 homens

atrás dos guaranis. Além de Tiaraju, outros oito indígenas são mortos. Segundo o relato do próprio Viana, ele mesmo teria matado Sepé com um tiro de pistola⁵.

Sepé Tiaraju indígena portava consigo duas cartas, que são descritas e traduzidas para o português no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringã, provavelmente era uma correspondência destinada aos líderes de outras reduções, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para Cunha se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer dos guaranis nas terras que, segundo eles, Deus havia os dado (CUNHA, 1853, p. 226-232).

No momento anterior a sua morte, Sepé era indubitavelmente uma das lideranças guaranis de destaque na guerra junto com Nicolau Neenguiru, cacique e corregedor da redução de Concepción. Três dias depois, ocorreu a batalha de Caiboaté. Nela, os soldados guaranis foram derrotados pelas tropas ibéricas. Estima-se que mais de mil índios tenham morrido⁶, agora sob comando de Nicolau Neenguiru, que estaria substituindo Sepé na função de líder militar. Conforme escrevi pouco antes, ele era um cacique de Nossa Senhora de Concepción, redução ao oeste do rio Uruguai, o que é um indício de que a revolta não se restringiu aos “sete povos” e teve o apoio de guaranis das reduções orientais do outro lado do rio Uruguai. Estas também perderiam estâncias e ervais, com o Tratado de Madri ao cedê-los para os portugueses.

Mesmo assim, Neenguiru parecia divergir de Sepé quanto à estratégia a ser tomada. O padre Tadeo Heis relata que enquanto o líder morto era mais cauteloso, pretendendo se retirar para os morros aguardando a chegada de aliados, Neenguiru pretendia lutar sem retroceder (HENIS, 1836, p. 544). Uma das causas pelas quais os indígenas foram para a batalha aberta em Caiboaté, possivelmente está relacionada ao sentimento de vingança pela morte de Sepé, segundo depoimentos dos próprios índios aos europeus após entrada dos exércitos coligados no território missioneiro. No mesmo depoimento, foi afirmado que Sepé arregimentava homens para sua tropa enquanto ia passando pelas reduções (DOCUMENTOS, 1938, p. 427), o que evidencia o reconhecimento de sua liderança perante os guaranis.

Mas, o tipo de liderança exercido por Neenguiru era diferente da exercido por Sepé. O primeiro vinha de uma linhagem nobre de caciques. Um de seus antepassados teria auxiliado o padre Roque Gonzales a estabelecer as missões, outro teria lutado contra os portugueses no início do século XVIII. Tiaraju mostrou seu valor em combate como guerreiro. Em diversos episódios, inclusive na sua morte, esteve à frente dos guaranis, sempre comandando no campo de batalha. Foi uma liderança forjada no confronto e que teve seu prestígio reconhecido devido a isso. Apesar de ambos serem corregedores nos cabildos de suas reduções, não tinham exatamente as mesmas características.

Contudo, a liderança na guerra não parece ter sido uma das características de Neenguiru. Isso já teria ficado evidente em Caiboaté, batalha em que segundo Tau Golin, não havia unidade nem integração no exército guarani. Cada povoado seria comandado por um cacique diferente, diluindo a liderança de Neenguiru (GOLIN, 2004, p. 563). A documentação nos dá certas provas disso. Por exemplo, ainda nos depoimentos dados pelos guaranis às tropas ibéricas depois da entrada dessas das missões, um indígena afirma que foi o alferes de São Miguel, Pascoal Iguapó que lhes deu ânimo para continuar a luta (DOCUMENTOS, 1938, p. 406). Outro depoimento conta que foi Neenguiru quem exortou os guaranis para a batalha (idem, p. 427). Após o fracasso em Caiboaté, a liderança do cacique de Concepción se mostrou mais frágil. Como toda derrota, ela teria gerado a desconfiança dos guaranis perante este líder. Outras derrotas também fizeram com que Neenguiru perdesse a legitimidade da sua liderança (WILDE, 2003, p. 92).

Sepé parece ter experimentado o prestígio justamente devido às circunstâncias do conflito e por suas ações. Como morreu em combate, seu prestígio ao invés de diminuir, somente aumentou, como fica claro em uma cruz que o guarani Miguel Mayrá em quatro de março de 1756, mandou fixar em sua homenagem e aos mortos de Caiboaté⁷.

Pode ser mais fácil entender este tipo de situação se entendermos os requisitos dos guaranis para conferir legitimidade a seus chefes. Wilde afirma que a “liderança é uma relação histórica: os seguidores projetam sobre as figuras de autoridade expectativas pessoais ou

coletivas selecionando elementos do passado que o líder é capaz de suscitar e agenciar” (WILDE, 2009, p. 41).

Ora, Sepé parecia arregimentar uma série de elementos que caberiam às lideranças dos guaranis, por isso foi escolhido por eles como líder de uma revolta. Logo, pode ser um exemplo para compreendermos todo um contexto histórico que o cercava, partindo justamente do que denominei anteriormente de ponto de vista dos indígenas. Podemos partir da análise da trajetória da vida de Sepé para analisar a sociedade que o cercava (BURD, 2012, p. 111).

Logo, ao levarmos a maneira de como Sepé ascendeu à liderança aos alunos estamos ensinando-lhes como os indígenas agiam em situações de confronto e como escolhiam aqueles que iriam lhes comandar. E ao escolhermos um guarani como ponto de partida, estamos mostrando que os indígenas são os protagonistas da própria história.

Conclusões

Percebe-se que a História Indígena na academia vem sendo alterada graças a pesquisas recentes. As perspectivas são novas, visando romper com o eurocentrismo e com as visões preconceituosas. Os indígenas devem ser vistos como membros de uma sociedade e não somente como uma população que foi facilmente dominada pelos europeus. Por isso, é tão importante destacar figuras como Sepé, que participaram do processo de resistência às determinações dos conquistadores, sejam eles portugueses ou espanhóis.

Ao mesmo tempo, verificamos que Sepé tinha o controle de códigos culturais dos ocidentais, como saber falar o idioma castelhano, o que demonstra uma adaptação à situação do território indígena fazer parte dos domínios do rei espanhol. Através disso, podemos demonstrar aos alunos como se deram os processos de mestiçagem no Novo Mundo e que mesmo estando sob o mando dessa ou daquela Coroa os indígenas sabiam defender os seus interesses. Em outras palavras: não foram somente vítimas passivas da História.

Sepé era um “mediador cultural”, ou um mestiço. Mas ainda assim, não podemos dizer que não era um indígena. De acordo com Giovani José da Silva, essas populações não devem

ser vistas como “congeladas”, que vivem no “mato” com um “cocar”. Pelo contrário, são os agentes de uma história entrelaçada com a nossa (SILVA, 2015, p. 35). Por isso que, mesmo que dominasse os códigos culturais ocidentais, Sepé não deixava de ser indígena, pelo contrário, reforçava a sua identidade.

O estudo a partir de indivíduos para a análise mais aprofundada da História Indígena deve ser o ponto de partida e nunca o de chegada. Os alunos devem aprender sobre as missões guaranis-jesuíticas e sobre a rebelião a partir de Sepé e não somente focado na sua figura.

A historiadora Kalina Vanderlei Silva em artigo já citado entende que uma biografia pode ser trabalhada tanto como a introdução de um momento histórico, como para ilustrar o contexto em que ele se situa, pois um indivíduo pode ser “representativa das estruturas nas quais está inserido” (SILVA, 2010, p. 18).

Não trato aqui de uma fórmula mágica para o trabalho com História Indígena em sala de aula, mas de uma proposta que pode ser utilizada nos Ensinos Fundamental e Médio. Talvez personificar os indivíduos de alguns grupos chamados de subalternos, que conhecemos hoje como minorias, traz esses grupos para a luz, despertando o interesse para essas populações. Claro que podemos estender a mesma sugestão para outros momentos da História Indígena, como nos casos de Tupac Amaru no Peru, Montezuma no México e Touro Sentado nos Estados Unidos. Foram lideranças, que assim como Sepé se destacaram em momentos de crise e enfrentamento com autoridades ocidentais.

Referências

“Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19(Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.

“Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje e etnogênese en las Américas. In: MANDRINI, Raúl J. e PAZ, Carlos D. (comp) **Las fronteras hispanoscriollas del mundo indígenalatinamericano en los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo**. Tandil, IEHS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Morais e AMADO, Janaína. (org). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURD, Rafael. **De alferes a corregedor: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional – 1752/1761**. IFCH, Porto Alegre, UFRGS, 2012.

CUNHA, Jacinto Rodrigues da. Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 16 (2-3), 1853.

DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. **ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750 1756)**. Passo Fundo, UPF, 2004.

GRUZINSKI, Serge. **El pensamiento mestizo**. Barcelona, Paidós, 2000.

HENIS, PE. Tadeo Xavier. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754**. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. in: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Tese de Docência. IFCH, Unicamp, Campinas, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Introdução ao Estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre, Edição do Autor (UFRGS), 2013.

POLONI-Simard, Jacques. Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas, **Anuario del IEHS** 15(2000).

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

SILVA, Giovani José. Ensino de História Indígena. In.: WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino de História Indígena**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. in.: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo, Contexto, 2010.

WILDE, Guillermo. Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai, **Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas**, Colônia/Weimar/Viena, n. 43, 2006.

WILDE, Guillermo. **Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)**. Tese de Doutorado, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder em las misiones de guaraníes**. Buenos Aires, SB, 2009.
WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou a Escrita da História Indígena. In: _____. **Ensino de História Indígena**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

Artigo recebido em 31 de agosto de 2015. Aprovado em 08 de outubro de 2015.

Notas

¹ Mesmo que o relato de Aurélio tenha sido escrito na década de 30 e 40, nele já encontramos indícios da ação dos indígenas e da atuação de Sepé. Isso talvez porque ele tenha ido às fontes, tendo-as registrado, evidenciando assim, mesmo que não de forma proposital, a ação dos guaranis.

² Assembleia presente nas cidades hispânicas, esta fora posta em prática nas reduções e pueblos pela legislação para a colônia. Era basicamente composto de “um Corregedor, posteriormente, um Tenente de Corregedor, se necessário, dois Alcaldes da Irmandade, um Alferes Real, Regedores, um Alguazil Mor (ou 2 se necessário), um Mayordomo e um Secretário ... e o Cacique” (KERN, 1982, p. 40).

³ Tau Golin apresenta ilustrações do demarcador Miguel Angelo de Blasco, que acompanhou os portugueses na primeira expedição, inclusive com as tropas andando com canoas pelos campos inundados. Ver: GOLIN, 2004).

⁴ “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152. Agradeço ao professor Eduardo Neumann por me ceder esta documentação.

⁵ “Funziones, que en esta presente Real Expedizion a tenido con los indios desde que se dexaron beer, hasta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana y son las seguintes” Salto Chico del

rio Uruguay, de janeiro de 22 de 1757, Archivo General de Simancas, Secretaria de Estado, legajo, 7398, doc. 12. Agradeço ao orientador Eduardo Neumann por me ceder esta documentação.

⁶ Os números que os cronistas dão sobre os mortos são bastante diversos. Por exemplo, Cunha fala em cerca de 1500 índios mortos e Henis em cerca de seiscentos. Contudo, uma cruz posta pelos próprios guaranis indica que 1500 soldados tombaram. Em: “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19(Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.

⁷ Essa cruz conteria os seguintes dizeres: “Ano de 1756. A 7 fevereiro morreu o corregedor José Tiaraju em uma batalha que houve em dia de sabado. A 10 de fevereiro, em uma terça, houve uma grande batalha em que morreram, neste lugar, 1500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos 9 Povos do Uruguai. A 4 de março mandou Miguel Mayra fazer esta cruz pelos soldados” “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19(Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.